

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E CULTURA POLÍTICAS: A PRÁTICA SALVACIONISTA-NACIONALISTA COMO ELEMENTO DE COESÃO SOCIAL E POLÍTICA NO SUL DE MINAS (1831-1840)¹

Isaías Pascoal²

Resumo: entre os anos de 1831-42, a elite social e política do sul de Minas se engajou na luta pela institucionalização e estabilização do Estado Nacional brasileiro, então em fase de constituição, ao lado dos Liberais Moderados que procuravam frear o *carro revolucionário*, e impedir o triunfo dos restauradores. A construção da ordem social e política se transformou no principal objetivo dos grupos dirigentes políticos nacionais. Ao se engajar nesta luta, a elite sul-mineira firmou a sua identidade política. Processo que pode ser analisado a partir de documentação variada produzida por instituições e sujeitos locais.

Palavras-chave: política; ordem; conflito.

Abstract: between the year of 1831 to 1842, the social and politic elite of south of Minas engaged itself in the fight for the institutionalization and stabilization of the Brazilian National State, in the time in phase of constitution, in the side of the Moderated Liberals that was trying to brake the “revolutionary car”, and hinder the restoraters triumph. The construction of the social and politic order has become itself in the main goal of the leading national politic groups. In engaging itself in this fight, the south-miner elite firmed its politic identity. Process which can be analyzed from varied documentation produced by institutions and local subjects.

Key words: politics; order; conflict.

Introdução

Este artigo pretende analisar e explicitar a forma como a elite social sul-mineira se engajou ao lado dos liberais moderados na defesa da ordem e da legalidade no período regencial. Imersa em uma crise generalizada, a sociedade brasileira, por meio de seus representantes políticos, procurou institucionalizar o Estado Nacional. Uma situação de vácuo de poder se abriu com abdicação de D. Pedro I, em 1831. Grupos sociais com propostas diferentes sobre a forma de estruturar as instituições, definir um aparato jurídico consentâneo e dar respostas a uma série de questões, entraram em choque, pondo em perigo a frágil organização do Estado que, então, tomava corpo. (MOREL, 2003)

¹ Palestra proferida na I Jornada de História Regional José Pedro Xavier da Veiga, promovida pelo curso de História da UNIFAL-MG, no período de 24 a 27 de maio de 2011.

² Mestre em Sociologia e Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH-UNICAMP. Professor no Instituto Federal de Educação do Sul de Minas, Campus Inconfidentes.

Desde o início, o grupo conhecido como *liberais moderados* se tornou o condutor do processo de construção da ordem para impedir o esfacelamento nacional, manter a hierarquia social e o *status quo* frente aos grupos que a eles se opunham: os *Restauradores* e os *Exaltados*.

Exatamente neste momento, a região sul da província de Minas Gerais emergia como um espaço social com lideranças econômicas e políticas amadurecidas e consolidadas. A sua relação com a Corte era forte e os processos políticos que lá se desenrolavam não tinham como ser olvidados. Quer pela sua forte ligação comercial com a Corte, quer pelas injunções da própria conjuntura política em grave crise, as elites sul-mineiras participaram ativamente das lutas e conflitos em curso. (LENHARO, 1979) Ao fazê-lo, e sem que tivessem consciência, criaram uma identidade e uma cultura política, que as marcaram por muito tempo.

Este processo pode ser percebido em três conjuntos de acontecimentos que serão analisados como suas partes constituintes. O primeiro trata do ritual político de satanização de D. Pedro I, dos caramurus-restauradores e dos liberais exaltados. Esses dois grupos foram obsessivamente rejeitados pelos liberais moderados, hegemônicos no cenário político de então. Ao agir desta forma, eles firmaram a própria identidade. As festas, os desfiles comemorativos de acontecimentos importantes, as alvoradas e outros mecanismos similares tornaram a política um espetáculo, uma celebração, que resultou na interiorização de estereótipos, no estabelecimento e popularização de ideias e sentimentos do que devia ou não ser considerado adequado à estruturação do Estado Nacional, objetivo inderrogável a que se propuseram.

O segundo e o terceiro conjuntos de acontecimentos permitem referir e analisar dois processos que muito marcaram o sul de Minas e envolveram profundamente os seus personagens. O primeiro se refere à sedição militar de Ouro Preto, em 1833. O segundo, à revolução liberal de 1842 em Minas. Ambos foram muito próximos no tempo, tiveram grande impacto, e o seu estudo permite elucidar o posicionamento e os sentimentos políticos das forças sociais dominantes do sul de Minas. Foi com a força de uma cruzada que elas se jogaram na trama. Percebe-se o tom salvacionista dos seus pronunciamentos e das suas ações, acompanhadas de ampla mobilização social destinada a salvar a nação das mãos de desordeiros, que colocavam em perigo o Estado Nacional e lançavam mão de ações execráveis,

requerendo uma resposta pronta, resoluto e patriótica dos cidadãos de bem, imagem com a qual se identificavam.

O que subjaz a todo esse processo é a profunda integração das forças sociais e políticas dominantes sul-mineiras com as forças políticas hegemônicas na Corte. Primeiro no apoio aos moderados, na primeira fase regencial, e, depois, aos conservadores. Ambos, cada qual em sua época, procuravam cumprir o papel histórico a que se propuseram: a construção e institucionalização do Estado como instrumento garantidor e fomentador das relações econômicas e do progresso material, baseado no trabalho escravo e na supremacia dos proprietários de terra, grandes comerciantes e magistrados. (MATTOS, 1987)

A celebração como forma de interiorização de sentimentos e idéias

Durkheim (1978, p. 216-218) afirma que:

[...] através do símbolo, é preciso saber atingir a realidade que ele figura e que lhe dá sua verdadeira significação. Os mais bárbaros ritos, ou os mais bizarros, os mais estranhos mitos traduzem alguma necessidade humana, algum aspecto, seja individual, seja social da vida. [...] Os ritos são maneiras de agir que nascem no seio de grupos reunidos e que são destinados a suscitar, manter ou a refazer certos estados mentais desses grupos.

Embora estivesse tratando dos ritos religiosos, a forma serve para qualquer ritual. Este cumpre funções: criar estados mentais e sentimentos, mantê-los ou reavivá-los. O ritual político não é diferente. Predispõe à celebração de fatos e acontecimentos com a finalidade de suscitar, manter ou reavivar sentimentos e idéias, que permitem unir esforços, amalgamar disposições e unir individualidades em uma organização mais ampla e coesa. Assim:

O ritual [...] expressando e comunicando não só idéias, mas também poderosos sentimentos. Isso é feito através de cenas, atos e palavras simbólicas [...]. Os rituais políticos ocorrem tipicamente diante do público; o que eles expressam e comunicam diz respeito ou ajuda a configurar interesses centrais dos que nele participam e dos que os observam. (LUKES, 1996, p. 673)

O ritual é uma celebração que congrega indivíduos num sentimento de participação coletiva. Incita o imaginário e excita as emoções, fortalecendo idéias e

predisposições para a consecução de objetivos variados. Os relatos de fatos e processos políticos que envolveram o sul de Minas, sobretudo no período regencial, são ricos na manifestação desses acontecimentos coletivos celebrativos, que envolviam toda a população. Como os núcleos urbanos eram pequenos, eles atingiam grande parte da população e, por isso, o seu efeito era profundo.

As formas mais usadas nestas celebrações políticas consistiam em variadas manifestações: foguetórios na cidade, desfiles, cantar o *Te Deum* na Igreja e, sobretudo, as alvoradas. Qualquer acontecimento importante era celebrado de uma forma ou de outra, ou todas juntas. Assim, o jornal *O Pregoeiro Constitucional* de 20/10/1830, n. 13, relata o regozijo da população pousoalegrense quando soube da libertação do líder revolucionário, Cipriano Barata. Houve desfile dos liberais na cidade, a banda de música tocou, fogos foram soltos e realizou-se um baile até às 3 horas da manhã. A criação da vila de Pouso Alegre, em 13 de outubro de 1831, foi outra ocasião festiva. Toda a população festejou, agrupando-se no largo da matriz, adornado de arcos e bandeiras. À noite, o brilho da cerimônia aumentou: queima de fogos, banda de música tocando, bailes e ceias foram realizados e as fachadas das casas foram iluminadas. (QUEIRÓS, 1933, p. 33)

Ferreira de Rezende, morador na Vila de Campanha, deixou uma descrição muito vívida desses processos. Após afirmar que na época da regência o sentimento político era muito forte, que a vida social transcorria mais em praça pública do que no ambiente doméstico, concluiu que o resultado era:

que não só o cidadão se interessava extremamente por tudo quanto dizia respeito à vida pública; mas que não se apresentava um motivo, por mais insignificante que fosse, de regozijo nacional ou político, que imediatamente todos não se comovessem ou que desde logo não se tratasse de cantar um Te-Deum [...] ou que não fosse isso ocasião para que à noite, pelo menos, se tratasse de pôr na rua uma bonita alvorada. (REZENDE, 1988, p. 53-54)

A alvorada era um espetáculo comovente, feito para impressionar e deixar marcado o acontecimento, como confessa o autor. Era a prática da política como show, celebrativa e despertadora de sentimentos que suscitavam e mantinham a coesão em torno de objetivos determinados, mesmo que os seus autores não tivessem clara consciência do papel social desempenhado pelo ritual. Era a comemoração que se buscava, a celebração de acontecimentos significativos para o grupo.

Realizava-se ao cair da noite, conforme o autor, para “manifestar regozijo geral por qualquer ato público.” Toda a vila procurava iluminar-se. Nas casas mais ricas era acesa uma lanterna feita de folha-de-flandres com vidro e com uma vela em seu interior, colocada em cada um dos portais de todas as portas e janelas. Em outras casas eram acesas velas com apetrechos lembrando armas imperiais e dísticos patrióticos. Na maior parte das casas, incluindo as dos mais pobres, em vez de lanternas, eram acesas lamparinas. Toda a vila se iluminava num espetáculo feérico. A seguir, todos se dirigiam para a casa da câmara e, na hora anunciada, ou quando o ajuntamento de pessoas era grande, punham-se em movimento, comandados pelo juiz de paz. A banda de música tocava, fogos eram queimados e a intervalos de tempo eram dadas vivas, começando pelos vivas à religião, à constituição e ao imperador. (REZENDE, 1988, p. 53-55)

A forma da celebração e o conteúdo que enfatizava – vivas à religião, à constituição e ao imperador – eram uma demonstração inequívoca dos objetivos perseguidos. Desta forma, a ascensão de D. Pedro II ao trono, em 1840, foi motivo de júbilo interminável. Os liberais de Campanha e Pouso Alegre festejaram juntos em Campanha com todo o requinte e espetáculo imagináveis. (REZENDE, 1988, p. 106)

No processo de construção da sua identidade política, ligada aos ideais do grupo liberal, a figura de D. Pedro I se prestou exemplarmente a servir como o *outro* que é combatido e demonizado, para realçar o essencial que precisava ser preservado. De grande líder da emancipação política do Brasil, aureolado de herói nacional, aos poucos D. Pedro foi se transformando no “tirano”, “duque de Bragança”, por sua intransigência em não compactuar com a elite brasileira representada no Parlamento.

Foi o temor da restauração de D. Pedro I ao trono uma das maiores forças da união para os liberais moderados entre 1831-1834. Nesta fase, a resistência à mera cogitação da possibilidade do retorno do ex-imperador se tornou obsessiva. A morte de D. Pedro I, em setembro de 1834, foi analisada pelo Presidente da província de Minas, Limpo de Abreu, da seguinte forma:

Previsto era, Senhores, nos decretos da Divina Providência um acontecimento, que veio surpreender-nos em nossos cálculos, e que parece concorrer para mudar a face do nosso horizonte político. Este acontecimento, a morte do Duque de Bragança, que se verificou no

Palácio de Queluz na cidade de Lisboa no dia 24 de setembro de 1834, pelas duas horas e meia da tarde... Eu acredito que a influência que este acontecimento deve necessariamente exercer em nossa política, será benéfica, e útil aos destinos futuros da nossa Pátria.³

A rejeição a D. Pedro I era automática para grande parte da sociedade brasileira, o mal maior a ser evitado. A documentação que as câmaras municipais expediram durante os dois meses da sedição de Ouro Preto deixa clara a intransigência, a amargura e o desprezo em relação à possibilidade de restauração do ex-imperador, visto como inimigo da pátria.⁴ Era uma forma de manter unida a nação diante das forças dispersivas, da contestação à ordem, e dos graves perigos que a ameaçavam. A rejeição e os estereótipos aplicados a D. Pedro I simbolizavam a resolução dos brasileiros em não infletir. Com a sua pessoa estava sepultado o seu esquema político de não abrir espaço ao exercício do poder pela elite brasileira. A longa transição política, vinda desde 1822, terminou com a abdicação, quando o exercício da política foi nacionalizado e os brasileiros se tornaram senhores, evidentemente sob os limites historicamente postos pela conjuntura, dos destinos políticos do seu país. Estava em suas mãos a oportunidade de construir o arranjo interno da forma como sonharam. O ex-imperador tinha sido um obstáculo no processo.

A rejeição ao ex-imperador, o temor da sua volta, a obsessão em barrar qualquer aceno nesse sentido, foram transferidos aos restauradores, ou caramurus. Foram vistos como inimigos da pátria, perigosos, sediciosos, a serem combatidos sem trégua. Foi o temor da sua força que ajudou na coesão do grupo moderado. Ser tachado de restaurador, ou caramuru, era o mesmo que inimigo da nação e dos autênticos brasileiros, retrato com o qual se identificavam os moderados e seus seguidores. Os caramurus foram demonizados também. Era uma forma de construir a própria identidade: não-caramuru, portanto, autêntico patriota, a serviço da causa brasileira. Os jornais, os documentos das câmaras, estão repletos de palavras duras, ofensivas em relação aos que eram adeptos da volta de D. Pedro, ou, simplesmente, um clichê aplicado aos adversários.

Contra as ações dos restauradores no Rio de Janeiro, pouco depois da abdicação de D. Pedro, num momento de grave crise política, os mineiros

³ Memórias municipais: Campanha. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano I (1896), n. 3, p. 89.

⁴ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano I (1896), n. 3, p. 87-268.

extravasaram seus sentimentos: “Amigos sinceros da liberdade, não podem os abaixo-assinados observar sem a maior indignação que monstros incapazes de viver no meio dos brasileiros promovam a anarquia...”⁵ Seguem as assinaturas dos políticos importantes de Minas Gerais, em 25 de julho de 1834.

A Câmara de Mariana se refere aos sediciosos de 1833, que tentaram derrubar o governo legal em Ouro Preto, nos seguintes termos:

Ao flagelo da mais aviltante ignominiosa restauração, que nos bate à porta [...] pelas ameaças dos facínoras cúmplices, ou cabeças da sedição de março [...]. Essa câmara vos assegura toda a cooperação em tudo, quanto for de fazer guerra à Restauração e seus propugnadores [...]. Ódio eterno à restauração; derramar o sangue se necessário for [...] contra os inimigos do sempre memorável dia 7 de abril.⁶

A Câmara de Pouso Alegre tacha os sediciosos de “governo intruso e usurpador, organizado por loucos e sediciosos, desordeiros e entusiastas do absolutismo.” (QUEIRÓS, 1933, p. 52-53); “atrabiliários, loucos, desordeiros, ambiciosos de mando, colaboradores da restauração do Duque de Bragança.” (QUEIRÓS, 1933, p. 62) Esses exemplos ilustram de que forma era possível construir a própria identidade com características positivas opondo-se ao inimigo, caracterizado como destruidor, desordeiro, subserviente aos interesses não-nacionais. Por dispor de uma base social e econômica mais sólida e enraizada, aos moderados foi possível generalizar sua visão de mundo.

Mas a construção da identidade patriótica não era apenas uma obra de destruição. Para completar o quadro era necessário erigir o polo oposto, positivo, identificado como patriota, brasileiro, a quem todos tributavam gratidão, fator dos mais caros objetivos da sociedade brasileira. Se o inimigo era o ex-imperador, o sonho dos brasileiros era o seu filho, a quem a regência servia e, com ela, todos os “bons brasileiros”, dispostos a dar o próprio sangue para garantir-lhe o trono. Pedro de Alcântara foi reconhecido e celebrado como o que nasceu no Brasil. Os moderados e, mais tarde, os regressistas, não se cansavam de alardear a fidelidade inofismável que os ligava ao futuro imperador. Mesmo quando estourou a rebelião liberal de 1842 em Minas, todas as lideranças fizeram questão de enfatizar que não

⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano I (1896), n. 3, p. 109.

⁶ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano I (1896), n. 3, p. 246-247.

era contra ele e sim contra o seu ministério que se levantavam. A pessoa do imperador era intocável.

Ao menos ideologicamente, o vácuo aberto pela queda de Pedro I foi imediatamente preenchido pela promessa e pela aura de D. Pedro II, a quem os moderados e boa parte dos brasileiros juraram “amor eterno”. Assim, a mesma Câmara de Pouso Alegre, que vituperava a sedição de Ouro Preto, expressa que: “... só prestará obediência ao legítimo delegado do senhor D. Pedro II.” (QUEIRÓS, 1933, p. 53) A mesma Câmara de Mariana, em ofício assinalado atrás, em que condena o voto dos jurados favoráveis a alguns sediciosos de Ouro Preto, conclui protestando que: “todos os habitantes deste Município estão firmes na sustentação dos sagrados objetos do seu culto político: Religião, Constituição com as reformas decretadas, Pedro II”.⁷ A Sociedade Defensora de Pouso Alegre também protesta contra a revisão das penas dos implicados na sedição, elogia a resistência do Presidente da província, e afirma que: “a Liberdade Constitucional de Nossa Pátria, o trono do Sr. Pedro II, [são] objetos idolatrados pelos mineiros e que eles hão de sempre defender a custa de suas fortunas e vidas”.⁸ A resposta de Limpo de Abreu faz referência “aos briosos mineiros, que manifestaram a toda prova o seu patriotismo, a lei e firme adesão à Pessoa do Nosso Adorado Imperador, o Senhor D. Pedro Segundo”.⁹

O quadro está completo: para a elite sul-mineira, D. Pedro II faz um contraponto a seu pai e aos seus seguidores. Estes são execráveis. Aquele indica o patriotismo, objeto do desvelo e da dedicação de quem não quer a desordem, a anarquia e se dá à nação: os liberais moderados e a “boa sociedade” que os segue e lhes garante base de apoio.

O ritual político de celebração de datas e fatos importantes, relacionado aos valores que formataram os ideais do grupo moderado, enraíza e fortalece os sentimentos e crenças que vão construindo a cultura política da sociedade sul-mineira, ao mesmo tempo em que direciona as suas ações práticas para a realização dos objetivos, conscientes ou não, que caracterizaram o grupo que chegou ao poder com a abdicação de D. Pedro I, ao qual a sociedade sul-mineira aderiu resolutamente.

⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano I, n. 3, p. 247.

⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano I, n. 3, p. 252.

⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano I, n. 3, p. 252-253.

Por motivos diferentes dos restauradores, os exaltados também foram satanizados pela maior parte das forças sociais do sul de Minas. E a seu modo contribuíram para a afirmação da sua identidade política. Sem eles não teria sido possível o desfecho do Sete de Abril. Mas não foram eles os que empalmaram o poder, apossado pelos moderados. A aliança entre as duas forças durou pouco tempo, seguida por conflitos por toda a regência. Joaquim Nabuco assim analisou a situação dos exaltados:

homens que haviam concebido, organizado, feito o movimento, e no dia seguinte também foram lançados fora como inimigos da sociedade pelos Moderados, que só se manifestaram depois da vitória [...]. A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar [...]. A irritação dos exaltados trará a agitação federalista extrema, o perigo separatista [...] que ameaça o país do norte ao sul, a anarquização das províncias. (NABUCO, 1997, v. 1, p. 55)

É dessa forma que os moderados representarão os exaltados. Foram tachados de anarquistas, incendiários, que colocavam em risco a Constituição, a estabilidade social, o Estado Nacional e a unidade do Império, todos os valores consensuais da elite brasileira. Por isso, serão considerados inimigos da liberdade, que para os moderados é inseparável da ordem. Evaristo da Veiga, nas páginas do jornal *Aurora Fluminense*, 1829, n. 13, expressou bem esse ponto, ele que não se cansava de dizer que sem ordem não era possível gozar a liberdade: “Nada de jacobinismo de qualquer cor que ele seja. Nada de excessos. A linha está traçada: é a da Constituição.” A justificativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos para a sua guinada rumo ao regresso contempla esses aspectos:

os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. (NABUCO, 1997, p. 65)¹⁰

Os exaltados aparecem como inimigos da liberdade, principais responsáveis pelo “vulcão da anarquia” que punha em risco a sociedade, como dizia Feijó. Quando era regente único, na Fala do Trono de 1836, expressou a instabilidade que divisava, usando cores fortes e ao mesmo tempo expressando os valores que

¹⁰ Para a trajetória e as ideias de Bernardo Pereira de Vasconcelos, ver Carvalho (1999).

contrapunham os moderados aos exaltados, a quem prometia combater sem tréguas:

para sujeitá-los à obediência, não romper-se a integridade do Império [...]. A falta de respeito e obediência às autoridades, a impunidade excitam universal clamor em todo o império. É a gangrena, que atualmente ataca o corpo social [...]. O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império.¹¹

A visão negativa sobre os exaltados era expressa na sua própria denominação. Exaltado se define pelo antagonismo ao moderado. Se o moderado buscava a paz social, a estabilidade das instituições, a manutenção das relações sociais, a integridade do império, o exaltado punha em risco todo esse projeto. Daí a oposição extremada que lhes votaram os grupos dirigentes.

O quadro está, então, bem completo: inimigos da liberdade, anarquistas, contra a ordem, monstros. Também se pode notar a força dessa imagem na transcrição que Alfredo Valladão faz da representação que a Câmara da Vila de Campanha dirigiu ao Imperador e às Câmaras Legislativas, contra a agitação exaltada na Corte, no dia 15 de junho de 1831:

Esta câmara, Senhor, os habitantes de seu Município [...] estão prontos a voar em socorro da Representação Nacional, do Governo e de todas as Autoridades constituídas, que se acharem coactas da Anarquia [...] sustentadas como exige o bem da Nação Brasileira, cujos destinos felizes não hão de ser de certo entregues a um punhado de anarquistas, que insultam a lei, e tudo que há de mais sagrado sobre a terra. (VALLADÃO, 1945, p. 84)

As forças dominantes política, social e economicamente no Brasil e no sul de Minas não podiam comungar os objetivos dos exaltados. Eles punham em risco o consenso longamente acalentado pelas forças políticas hegemônicas, que se achavam possuidoras da racionalidade política, com um destino histórico a cumprir, qual seja, o de forjar a nação e o Estado brasileiros, num momento tão crítico da vida nacional. As forças exaltadas apontavam para uma outra forma de organização política do espaço interno, que não transmitia segurança para as elites. Assim como os caramurus, tiveram a sua imagem construída de forma negativa. Os exaltados foram associados a valores destruidores das bases que os moderados vinham procurando firmar. Ao estereotipar os inimigos, os moderados construíram de forma positiva a própria imagem. Apareciam como os homens da ordem, nem por isso

¹¹ Ver *Falas do trono desde o ano de 1823 a 1889*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993, p. 173.

contrários à liberdade. Esta era a conseqüência daquela. Homens da constituição, do governo representativo e parlamentar, que assim se prestavam a realizar o destino que a história lhes colocara desde a independência, tornado premente pela abdicação. Só assim o futuro da nação estaria garantido, a prosperidade material assegurada, mesmo que ao preço da escravidão, uma instituição centenária que não podia ser tocada de uma hora para outra. Mas a civilização estaria garantida e com ela o futuro da pátria. E José Bento, senador do Império, com base no sul de Minas, certamente não se constrangeria de colocar o Brasil entre os países que não haviam alçado à condição de livres politicamente, ao lado dos turcos, como fez no seu jornal, *O Pregoeiro Constitucional*, 1830, n. 11, dividindo os países em livres e escravos na questão da organização política.

A sedição de Ouro Preto em 1833

Entre os meses de março e maio de 1833, desencadeou-se em Ouro Preto uma rebelião que conflagrou toda a província, com forte repercussão em todo o sul de Minas.¹² A análise dessa rebelião se revela de grande importância na confirmação da idéia central deste artigo: o alinhamento das forças hegemônicas sul-mineiras com a ordem social e política, a postura governista da sua ação e pensamento políticos e o caráter cruzadístico do combate aos rebeldes, em favor do governo legal.

O governo legal mineiro foi deposto e os rebeldes tomaram o poder na capital. O governo regencial tentou solucionar a crise, mas as ondas políticas desencadeadas pela rebelião atingiram várias localidades de Minas, repercutiram fortemente no sul e chegaram até ao Rio de Janeiro. Um dos nomes centrais do acontecimento era o do padre, deputado e membro do Conselho Provincial do governo, José Bento Leite Ferreira de Melo, na época, um dos mais importantes representantes políticos sul-mineiros.

A análise da rebelião desnuda a postura política em todo sul de Minas, marcada pela aversão à quebra da legalidade, e a afirmação do seu conservadorismo, visto como uma necessidade conjuntural, que os homens de

¹² Para a descrição da Sedição de 1833, ver Iglésias (1978). Para os usos políticos dos eventos na disputa pela hegemonia provincial, ver Silva (1998).

responsabilidade não podiam olvidar. Para eles, tratava-se de uma tarefa histórica de máxima importância. Devia ser executada a todo custo. Não se encaravam como conservadores. Ao responder às necessidades do momento, entendiam que desempenhavam uma função da mais alta significação.

No dia 22 de março de 1833 teve início a sedição em Ouro Preto, apoiada por boa parte da população da cidade, que conflagrou toda Minas Gerais. O presidente da província de Minas, desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza, foi deposto pelos sediciosos. Presos foram também o vice-presidente, Bernardo Pereira de Vasconcelos e o padre José Bento, membro do Conselho Provincial e que lá se encontrava, ambos deputados gerais por Minas Gerais.

Os rebeldes aclamaram como seu chefe o tenente-coronel Manuel Soares do Couto, também membro do Conselho Provincial. Havia várias lideranças no movimento que professaram o desejo da restauração do trono de D. Pedro I, embora este não tenha sido o seu escopo. Manuel Soares do Couto assumiu a chefia do governo e agiu como tal. Trocou chefias militares, mudou de posições e cargos funcionários públicos, expediu novas portarias e se comunicou com as câmaras municipais e com o governo regencial, dando-lhes ciência da nova situação da província e do novo governo.

Que razões teriam levado esse grupo sedicioso à quebra da legalidade? Os motivos não são muito claros. A documentação enfatiza o caráter restaurador, caramuru, do movimento. Se, por um lado, a presença de elementos restauradores no movimento dá margem a essa interpretação, por outro, descobre-se a fragilidade dos argumentos que lhe atribuíam tal caráter. Em nenhum momento os rebeldes levantaram a bandeira da restauração. Mas foi fácil aos seus adversários rotulá-los assim. O movimento de sete de abril de 1831, que culminou na abdicação de D. Pedro I, criou um sentimento quase mítico de rejeição “ao tirano”, ao “duque de Bragança”, inimigo da nação. D. Pedro serviu como o *outro*, odiado, rejeitado, demonizado, para a afirmação do caráter nacionalista da nova era que iniciava. A sua volta ao Brasil, a restauração, foi o grande temor dos primeiros anos da regência e serviu para unir os moderados e, em alguns momentos, uni-los aos exaltados, para impedir a sua consumação.

Toda a província foi envolvida pela sedição de 1833. O governo regencial se preocupou. No clima crítico da época, não poderia aceitar a sublevação mineira. A

quebra da legalidade numa das províncias mais fortes do Brasil fez o governo condenar prontamente o movimento. O jornal *Astro*, de São João del Rei, publicou um manifesto da Regência aos mineiros, assinado pelos três regentes e que mostra muito bem a apreensão que se apoderou de todos:

Mineiros! O atentado perpetrado na capital da nossa Província contra a autoridade do legítimo presidente [...] encheu de mágoa o coração da regência. Ela não pode deixar de ter em horror esse punhado de facciosos, que contra o voto do Conselho Geral da vossa Província, pelas Municipalidades, Juizes de Paz, e pela quase generalidade de sua população sensata, ousou perturbar a ordem pública, depor o Presidente, e prestar obediência a uma autoridade ilegítima, que não pode e não deve jamais ser reconhecida por vós.

A Regência em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II confia no vosso caráter sisudo; ela crê que a população em massa terá corrido a salvar a Província da anarquia que a ameaça, do desluzte que um semelhante atentado, a progredir, faria no seu brio; enfim a salvar a liberdade constitucional, que gravemente ameaçam os precedentes, os chefes dessa tenebrosa facção.¹³

Sem ter como se defender, os rebeldes vão sendo encurralados. Em nove de maio fere-se o maior combate, em José Correa, com a sua derrota final. Em 23 de maio, as forças legalistas, compostas por batalhões vindos de todos os lugares de Minas, entraram em Ouro Preto. Termina a rebelião. As festas e congratulações se espalham por todos os lugares na medida em que a notícia da vitória legalista vai sendo conhecida.

O exame da participação das forças sociais do extremo sul de Minas, além de confirmar a postura geral da reação política da província, explicita o papel incisivo, resoluto e intransigente do seu envolvimento num acontecimento grave da política provincial e nacional. É a sua primeira grande e forte experiência política. Ela oferece as balizas para a formatação do seu pensamento e prática políticos. A participação no combate à sedição e os sentimentos que ela gerou são o seu “batismo de sangue”. Pela primeira vez, um acontecimento de grande intensidade a envolve.

A sedição de Ouro Preto, para as regiões mais extremas do sul de Minas, apresentava um aspecto bem particular. O padre e deputado José Bento Leite Ferreira de Melo, membro do Conselho do governo, amigo de Vasconcelos, ardente

¹³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1913, p. 163.

defensor das idéias liberais e o maior representante da política e dos liberais na região, era um dos alvos centrais dos sublevados.

A notícia da sua prisão, junto com Vasconcelos, em 23 de março, logo no início da rebelião, chegou à vila de Pouso Alegre por meio de ofício da câmara de Campanha, no dia primeiro de abril. José Bento era pároco em Pouso Alegre e conhecido em toda a região. A reação das duas vilas e freguesias que as compunham foi rápida, resoluta e intransigente. Especialmente em Pouso Alegre, que se portou como em uma cruzada contra o inimigo “caramuru”, “restaurador”. A Câmara Municipal ficou em sessão permanente de primeiro de abril até o dia três de junho. Nesse período determinou que as suas decisões fossem publicadas no jornal local, o *Recopilador Mineiro*, publicado duas vezes por semana, para que toda a população tomasse conhecimento dos fatos. A seguir expediu avisos para todos os povoados e freguesias da vila, através dos juizes de paz, para colocar em disponibilidade a força da guarda nacional sediada em cada local e enviá-la para a sede.

Determinou que o juiz de paz da vila de Pouso Alegre organizasse a logística para abrigar o 2º e 3º batalhões nacionais que lá se reuniram. Para abrigar e alimentar toda essa força, ordenou que os fazendeiros da região vendessem os seus produtos na vila, e que se abrisse uma subscrição para que toda a população contribuísse, sobretudo os mais ricos, a fim de garantir a manutenção da tropa.

A mobilização foi geral. Toda a sociedade se colocou em prontidão para a causa da legalidade. Mesmo os povoados mais distantes participaram da mobilização e enviaram alguma forma de recurso. A Sociedade Defensora, com forte presença em toda a região, ofereceu fundos para a aquisição de mantimentos e atuou para manter mobilizada a população.

Toda a pólvora foi requisitada e os ferreiros puseram-se a fabricar munições. Os batalhões de cada localidade se formaram e marcharam para a sede da vila. Amadeu de Queirós, estudioso da história de Pouso Alegre, retrata assim essa mobilização:

Sem demora responderam os juizes de paz do termo, comunicando estarem reunidos nas sedes dos respectivos distritos os batalhões e “firmes em não obedecerem a qualquer ordem ilegal emanadas de autoridades incompetentes e prontos e ansiosos para seguir para luta”. (QUEIRÓS, 1933, p. 51)

A Câmara, às vezes trabalhando até de madrugada, foi a grande articuladora da expressiva mobilização, nunca presenciada até então. Um fervor cívico-patriótico marcou profundamente a consciência dos moradores da região, cidadãos ou não. A sua resposta a Manuel Soares do Couto, quando recebeu o ofício comunicando os acontecimentos de 22 de março, é inequívoca:

[A Câmara de Pouso Alegre respondeu] não reconhecer um governo intruso e usurpador, organizado por loucos e sediciosos, e que tem tomado as mais enérgicas providências, até para repelir à força, quando necessário for [...] logo que esta câmara teve notícia dos desgraçados acontecimentos que se deram, declarou-se em sessão permanente que se iniciou no dia primeiro a horas da noite, e que jamais deixará o seu posto enquanto não tiver restabelecido o sossego público na província, onde meia dúzia de desordeiros, entusiastas do absolutismo se arvoram em árbitros dos destinos da província. [...] Só prestará obediência ao legítimo delegado do Sr. D. Pedro II, como seu presidente, e assevera que estes são os intuitos de todos os habitantes do município, muitos dos quais já se acham nesta vila, aquartelados, armados e prontos para acudir ao reclamo do governo legal. (QUEIRÓS, 1933, p. 52-53)

Da mesma forma, a Câmara de Campanha declarou o seu apoio ao governo legal, contra os que ela designa de usurpadores.¹⁴ Ferreira de Rezende deixou um relato esclarecedor do que aconteceu em Campanha, revelando o clima que envolveu a sociedade naquele momento:

Todos sabem que foi em 1833 a sedição de Ouro Preto; mas o que hoje está um pouco esquecido é o imenso entusiasmo, a verdadeira alacridade com que imediatamente a província se ergueu para sufocá-la em poucos dias [...] apenas chegava a notícia da sedição a qualquer lugar [...] a Guarda Nacional reunia-se; e sem mais demora partia para a capital em contingente maior ou menor. [...] No meio, porém, de tudo isto, aparecia uma vitória infinitamente maior e um triunfo muito mais esplêndido [...] que glória militar [...] foi a vitória do mais santo de todos os sentimentos: o de patriotismo desinteressado [...] e a opinião pública. (REZENDE, 1988, p. 48)

No início de junho chegou ao extremo sul de Minas o comunicado do fim da rebelião e da prisão dos principais implicados. A cruzada contra a ilegalidade estava vitoriosa. Terminada a rebelião, ficava marcada na memória das pessoas a primeira grande, forte e densa experiência de participação política nos destinos da sua província e do seu país. As experiências anteriores não tiveram o mesmo teor. Não

¹⁴ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1913, p. 185.

conseguiram mobilizar profundamente a sociedade e, por isso, 1833 se reveste de um caráter especial.

A sedição de Ouro Preto, por estar mais próxima da região do extremo sul de Minas, num momento em que ela estava amadurecida econômica, demográfica e politicamente, e por envolver a sua figura política mais expressiva, foi fundamental na definição do seu *modus operandi* político. Embora não tenha sido o ponto inicial, 1833 foi uma escola política para a sociedade sul-mineira. O apego à legalidade, a ligação ao governo deposto, a afirmação do apoio ao governo regencial, as juras de eterna fidelidade a D. Pedro II, vão se repetir ao longo do tempo, como será corroborado pela revolução liberal de 1842. As forças sociais sul-mineiras se revelaram como um instrumento por demais importante no apoio à ordem social e política, para a manutenção das estruturas e instituições do Estado Nacional em construção. O seu discurso é de caráter político, globalizante, por causa da categoria *nação* que a ele subjaz. Seu maior valor é a afirmação da ordem e a rejeição a qualquer forma de anarquia, como as elites sul-mineiras entendiam a quebra do arranjo político que vinha sendo montado desde a independência.

A revolução liberal de 1842

A crise vivenciada na primeira fase do período regencial abriu espaço para uma guinada conservadora que se exprimiu no movimento regressista. A obra preconizada pelo Regresso culminou na aprovação das leis de 1841: a restauração do Conselho de Estado, em 23 de novembro, e a Reforma do Código do Processo Criminal, em 3 de dezembro.¹⁵ As leis do Regresso e a ascensão de D. Pedro II asseguraram a formação de uma coalizão ampla, que demonstrou ser capaz de articular apoio da grande propriedade agrária e escravista, do grande comércio e da burocracia, encarnada na alta magistratura, para dotar o sistema de racionalidade e base social.

Em Minas, a força do movimento regressista acompanhou o que ocorria no plano nacional. A queda de Feijó em 1837 operou a transformação no governo de Minas. Em 1838, tirado de Campanha para a capital da província, é nomeado seu

¹⁵ Para os acontecimentos relativos ao Regresso Conservador e diferentes interpretações historiográficas, ver: Carvalho (1988), Mattos (1987) e Salles (1996).

presidente Bernardo Jacinto da Veiga, ex-liberal, agora nas hostes conservadoras. A política conservadora vai ganhando mais e mais espaço e hegemonizando a disputa com os liberais. A chegada ao poder dos conservadores é a primeira indicação da sua força.

Os moderados tiveram o seu espaço assegurado no controle do poder político e hegemonia social até 1836. Desde o início da regência até esse momento, eles foram a força que combateu os exaltados e restauradores. Expressavam a busca da estabilidade, a construção da ordem social e política, a preservação da integridade territorial do Brasil, desejos que eram um consenso para a maior parte dos cidadãos brasileiros, sobretudo da sua elite econômica, social e política.

Ao lado da ascensão da economia cafeeira e do grupo social que lhe servia de suporte, crescia o sentimento de desgosto para com a fórmula regencial de governo e da perenidade da crise. Um sentimento difuso da necessidade de aparelhar o governo para enfrentar a crise e pacificar de vez o país, garantindo as condições para sua prosperidade material, vai se tornando mais apelativo. Vinha ao encontro desse sentimento o programa regressista de Vasconcelos, que apontava para o fortalecimento do poder executivo, agora conectado à maioria parlamentar conservadora e a proposta de uma lei para a interpretação do Ato Adicional, no sentido de cortar os “excessos” liberalizantes que ele e outras leis liberais aprovadas no início da regência haviam fomentado.

A trajetória política futura de boa parte dos liberais foi a adesão ao núcleo partidário consubstanciado no programa do regresso. Em pouco tempo, todas as regiões do extremo sul de Minas terão as suas elites políticas alinhadas aos conservadores. Provavelmente elas chegaram à mesma conclusão que em outros lugares já se havia chegado, da fragilidade e do esboroamento do grupo moderado, inapto, nas novas condições do país, para responder aos desafios presentes. O que era o grupo moderado para a sociedade do extremo sul de Minas? Evaristo já não vivia. Feijó era uma pálida imagem de si. Nem restauradores e nem exaltados ao velho estilo eram mais o referencial contraditório para a formação da identidade moderada.

Não fica difícil perceber como os fazendeiros e comerciantes da região, os magistrados, além de outras forças sociais fora da elite, alinharam-se aos conservadores. Eles expressavam uma nova configuração política. Apontavam para

um programa conservador, que acreditavam ser mais adequado às novas necessidades da sociedade brasileira.

Já em 1837 a virada conservadora atinge Campanha, embora ela não seja total, pois os liberais aí vão se conservar como um grupo relativamente forte. Afirma Valladão (1945, p. 15): “A Reação Conservadora que se opera no país, divide os campanhenses, com predomínio de seus partidários, dali saindo, em 1837, o presidente de Minas Gerais, Bernardo Jacinto da Veiga.”

Na Vila de Pouso Alegre, terra do senador José Bento, os liberais perderam terreno aos poucos, até que a hegemonia conservadora se tornasse esmagadora. Na vila, grupos adversários de José Bento, acompanhando o que se processava em nível nacional e em Minas com a ascensão de Bernardo Jacinto da Veiga, fundaram o Partido Conservador, sob a chefia dos proprietários locais e da burocracia pública.

Uma sucessão de acontecimentos contrários aos seus postulados irrita os liberais. A sua luta pela antecipação da maioria de D. Pedro II não foi uma vitória duradoura. Oito meses depois, os liberais eram apeados do poder e sucedidos por um gabinete francamente conservador, que fez aprovar as leis de 23 de novembro e de 3 de dezembro de 1841, alterando profundamente a organização judiciária e policial estruturada desde o início da regência. As duas leis aceleravam a reorganização institucional do Estado brasileiro, dando-lhe uma feição conservadora, que passava por cima dos princípios mais caros acalentados pelos liberais. O clima político, já muito tenso, explodiu com a dissolução da câmara em primeiro de maio de 1842, majoritariamente liberal, eleita em 1840, durante a gestão do gabinete liberal, nas famosas *eleições do cacete*.

Em Minas, a revolução se prolongou até o final de agosto de 1842. Toda província foi conflagrada e as lutas foram renhidas. Só com a reunião de contingente de tropas, comandadas por Caxias, vitorioso em São Paulo e agora marchando para Minas, mais o apoio de boa parte da sociedade mineira, sobretudo em boa parte do sul, fiel, mais uma vez, ao governo, à legalidade, contra a subversão, contra os “desordeiros”, foi possível derrotar os liberais.¹⁶

Os liberais mineiros deixaram bem claro que a sua revolta era contra o ministério de 23 de março, que usava a inocência e a pouca experiência do

¹⁶ Para a descrição da Revolução Liberal de 1842 em Minas Gerais, ver: Iglésias (1978), Marinho (1977) e Souza (1843).

imperador, para impor o seu projeto conservador e contrariar a constituição. Manifestavam a sua adesão irrestrita a D. Pedro II, à monarquia constitucional e deixavam claro o sentido da revolução, centrado na deposição do ministério e na revogação das leis de 23 de novembro e 3 de dezembro de 1841.

Ficaram do lado dos rebeldes 15 dos 42 municípios de Minas, alguns de grande envergadura. Mas a revolução não foi apoiada pela maior parte das forças sociais que dominavam o sul. Na Vila de Pouso Alegre e em todo o seu termo houve muita agitação, mas em apoio ao governo, contra a revolução. O mesmo se pode dizer de Campanha, onde a resistência liberal era mais forte, mas sobrepujada pelos opositores ao movimento.

O conservadorismo estava firmemente implantado na mentalidade e na postura política das forças sociais do sul de Minas. As forças sociais dominantes na economia, na sociedade, componentes do corpo de cidadãos na região, vêm na quebra da legalidade, na rebeldia dos liberais, a promoção da desordem e da anarquia, que eles combateram por todo o período regencial e terão de combater agora. Mudou a conjuntura política de uma para outra época. Mudaram muitos personagens de um para outro lado. Não mudou a posição política da elite social no sul de Minas. Ela, que queria ser a expressão de toda a sociedade, manteve-se legalista, governista e conservadora. Assim ela se portou por entender que a desordem significaria a possibilidade de quebrar a organização econômica que a ligava aos mercados da região, de São Paulo e, sobretudo, do Rio de Janeiro. A desordem poderia desestruturar as suas posições no mandonismo político local, pois ela, diretamente ou por seus prepostos, ocupava as posições-chave nas instituições políticas locais. A desordem poderia impedir a pacificação do Estado e a sua institucionalização, a ordem social, buscadas com sofreguidão há tanto tempo.

A mobilização social pró-governo varreu todas as regiões do extremo sul de Minas. Os liberais resistiram até agosto de 1842. A chegada, a Minas, de Caxias, vindo de São Paulo, a ação do presidente de Minas, Bernardo Jacinto da Veiga, na pronta reação aos rebeldes e a falta de apoio em boa parte dos municípios de Minas e sem qualquer apoio expressivo no extremo sul, além de dissensões internas entre os próprios liberais, derrotaram o movimento.

A legalidade se fortaleceu e aos poucos as grandes rebeliões iniciadas no período regencial vão cedendo sob as hostes imperiais de D. Pedro II. A marcha

conservadora não deteve o seu passo, complementou a sua obra. Mesmo com a volta dos liberais ao poder, em 1844, não houve mudança de rota. Chegando ao poder, os liberais não revisaram a legislação contra a qual foram à luta.

Considerações finais

A década de 40 assistiu à “pacificação” do país. A cadeia institucional e judiciária foi estruturada. Para Joaquim Nabuco, a lei de 3 de dezembro de 1841 vai manter a solidez do Império e o garantirá por 40 anos. A sociedade assiste à rápida ascensão da economia cafeeira e se prepara para o *boom* econômico dos anos 50. Uma outra ordem de preocupações prioriza a atuação política. Trata-se de enfrentar a grave questão do tráfico de escravos, de dotar o Estado de uma legislação econômica mais moderna e burilar a legislação eleitoral, entre outras.

As grandes preocupações que estiveram presentes na pauta das discussões políticas, desde a Independência, passando pela Regência, até os primeiros anos do Segundo Reinado, pareciam superadas. O Estado Nacional se consolidou, a integridade territorial foi mantida, a ordem social tradicional e a ordem política, preservadas. Uma nova geração política, fruto de outro tempo, com outras problemáticas, vai conduzir o debate público sob o olhar que tudo vê: D. Pedro II e o seu Conselho de Estado.

Ligada às peripécias políticas e econômicas centrais, a sociedade no sul de Minas também muda. Vai continuar ligada por muito tempo à economia da Corte, mas as atribulações políticas dos tempos anteriores cederam lugar à hegemonia dos conservadores, ou, secundariamente, aos liberais, que em quase nada diferiam dos adversários. As ligações com a política provincial e nacional, fáceis de serem desfeitas ao sabor das contendas políticas e as rixas pessoais, dão o tom da prática política doravante: “A caída ou a ascensão do prestígio de um desses dois partidos predominantes, situação de que era termômetro a organização ministerial, refletia nos municípios de maneira acentuada, às vezes tumultuosa.” (GUIMARÃES, 1987, p. 251)

A sociedade no sul de Minas, após a década de 40, entrou num outro estágio. Suas instituições políticas estão estruturadas, sua economia já consolidou o perfil agrário, dedicado à produção para a subsistência local e para a venda nos mercados

vizinhos, paulistas e da Corte, a sua população cresceu fortemente. O que não mudou no sul de Minas foram a ação e o pensamento político conservadores, governistas, baseados na hegemonia dos coronéis, tenentes-coronéis e capitães da guarda nacional, todos ricos proprietários de terra, dividindo espaço com os grandes comerciantes, que muitas vezes se tornam proprietários de terra, ao lado de magistrados, profissionais liberais e outras autoridades, juntos formando a elite econômica, social e política na região, plenamente integrados à política e sociedade imperiais.

Gaston Bachelard afirmava que as primeiras experiências são fundamentais na definição de estruturas mentais que se constituem em obstáculos epistemológicos, na medida em que impedem ver os processos de outra forma que não o tradicional. A Psicanálise, desde os primórdios freudianos, é categórica na afirmação da importância das primeiras experiências enquanto forças condicionadoras da vida pessoal. Não é diferente na vida social. Estruturas políticas, econômicas e mentais se cristalizam no tempo e tendem fortemente a se perpetuar. Embora sujeitas a processos de mudança, os “fantasmas do passado” sempre assombram. Não significa postular pela imobilidade da história, suficientemente pródiga em exemplos de profundas transformações em todos os seus níveis. Significa apenas a constatação da força da tradição e da forma como ela se incrusta na conformação de um *modus operandi* e de um *modus vivendi*. A forma como pensaram, organizaram-se e agiram politicamente as elites sul-mineiras foi, por muito tempo, tributária dos acontecimentos analisados neste artigo.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. (Col. Formadores do Brasil).

_____. *Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

DURKHEIM, Émile. *Durkheim*. Seleção de textos: José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores)

GUIMARÃES, Armelino. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1978, t. II, v. 2.

LENHARO, Alcyr. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LUKES, Steven. Ritual político. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARINHO, José Antônio. *História do movimento político de 1842*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. v. 1.

QUEIRÓS, Amadeu de. *O Senador José Bento*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SILVA, Wlamir. Usos da Fumaça: a Revolta do Ano da Fumaça e afirmação moderada na Província de Minas. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 4, n. 1, p. 105-118, 1998.

SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de. *Historia da Revolução de Minas Geraes em 1842, exposta em hum quadro chronologico, organizado de peças officiaes das autoridades legitimas; dos actos revolucionários da liga facciosa; de artigos publicados nas folhas periódicas, tanto da legalidade como do partido insurgente; e de outros documentos importantes, e curiosos sobre a mesma revolução*. Rio de Janeiro: Typografia de J. J. Barroso e Comp., 1843.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza*. Belo Horizonte: Empresa Gráfica dos Tribunais, 1945.